



---

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 059/2024

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2024.

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN

**Assunto:** Envia o relatório do I Seminário Nacional sobre Abolicionismos Penais, Poder Punitivo e Sistema de Justiça Criminal.

Companheira(o)s,

Encaminhamos o relatório do I Seminário Nacional sobre Abolicionismos Penais, Poder Punitivo e Sistema de Justiça Criminal, realizado dia 24 de novembro de 2023 na Sede da ADUFS-SE.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

**Prof. Alexandre Galvão Carvalho**  
**2ª Secretário**

## **RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ABOLICIONISMOS PENAIIS, PODER PUNITIVO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL**

**Dia 24 de novembro de 2023**

**Local:** Sede da ADUFS-SE

**Manhã**

**Presentes da Coordenação:** Caroline Lima, Leticia Caroline, Annie Schmaltz Hsiou, Gisvaldo Oliveira, Helga Martins (**Diretoria ANDES-SN**)

**Presentes das Ssind:** Marinalva Vilar de Lima (**ADUFCG**), Celeste dos Santos Pereira (**ADUFPEL SSIND**), Cátia Gemelli (**SINDOIF S. SIND**), Nelson Fernando Inocêncio da Silva (**ADUNB**), Simone Aparecida Lisniowski (**ADUNB**), Carmem Regina de Oliveira Carvalho (**ADUSB**), Maria Cecília Sousa de Castro (**ADUFF**), Sérgio Ricardo About Dutra (**ADUFF**), Rita Patta Rache (**APROFURG**), Angélica Miranda (**APROFURG**), Marcia Umpierre (**APROFURG**), Guilherme Dornelas Camara (**ANDES/UFRGS**), Kathiuça Bertollo (**ADUFOP**), Eliana Cristina Paula Tenório de Albuquerque (**ADUSC**), Marcelo da Silva Lins (**ADUSC**), Edivania Santos Alves (**ADUFPA**), Lucia Isabel da Conceição Silva (**ADUFPA**), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (**ADUFPA**), Amanda Bezerra de Sousa Pino (**ADUFC-SINDICATO**), Luciana Barbosa Amâncio (**ADUFPI**), Livia Jéssica Messias de Almeida (**ADUFS-SS (SE)**), Shirey Silveira Andrade (**ADUFS-SS (SE)**), Romero Alves de Melo (**ADUFS-SS (SE)**), Zozinha M Rocha de Almeida (**ADUNEB-BA**), Helena Martins (**ADUFC**), Geraldo Backer (**ADUFS**), Elisangela de O (**ADUFPB**), Saulo E.V. Marciel (**ADUFPB**), Jacyaras.S (**UFES**) Edson (**ADUFPB**) Jorgetânia (**ADUFU**), Patrícia (**ADUFU**), Iguatemi Santos Rangel (**ADUFES**), Chiara Ermínia da Rocha (**ADUFS**), Márcia Alexandra Rocha (**ADUFS**).

### **LISTA DE PRESENÇA CONVIDADOS - I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ABOLICIONISMOS PENAIIS, PODER PUNITIVO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL**

**Presentes:** Ângelo Carmo (**ALDEIA-VELHA**), Elaine Paixão (**DESENCARCERA-BA**), Fernanda Santos, Shirley Leitão, Marcia Lemos (**ADUSB**), Mariceia Guedes (**ALDEIA-VELHA**), Valdecila Lima (**USP**), Carla Benitez (**UNILAB**), Alexis Magnum Azevedo de Jesus (**ORGANIZAÇÃO**), Annie Hsiou (**ORGANIZAÇÃO**), Caroline Lima (**ORGANIZAÇÃO**), Francieli Rebelatto (**ORGANIZAÇÃO**), Gisvaldo Silva (**ORGANIZAÇÃO**), Helga Maria de Paula, (**ORGANIZAÇÃO**), Leticia Nascimento (**UFPI**), Paula Alves (**ADUFMAT**), Deise Maito (**UEMG**) Lucas Pereira de Melo (**ADUSP**), Márcia Adriane ( ), Demétria (**PSOL**)

## Tarde

**Presentes da Coordenação:** Caroline Lima, Leticia Caroline, Annie Hsio, Gisvaldo Oliveira, Helga Martins (**Diretoria ANDES-SN**)

**Presentes das Ssind:** Simone Aparecida Lisniewski (**ADUNB**), Carmem Regina de Oliveira Carvalho (**ADUSB**), Maria Cecília Sousa de Castro (**ADUFF**), Sérgio Ricardo About Dutra (**ADUFF**), Angélica Miranda (**APROFURG**), Marcia Umpierre (**APROFURG**), Guilherme Dornelas Camara (**ANDES/UFRGS**), Kathiúça Bertollo (**ADUFOP**), Eliana Cristina Paula Tenório de Albuquerque (**ADUSC**), Marcelo da Silva Lins (**ADUSC**), Edivania Santos Alves (**ADUFPA**), Lucia Isabel da Conceição Silva (**ADUFPA**), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (**ADUFPA**), Amanda Bezerra de Sousa Pino (**ADUFC-SINDICATO**), Luciana Barbosa Amâncio (**ADUFPI**), Milena Fernandes Barroso (**ADUFS-SS (SE)**), Edineia Tavares Lopes (**ADUFS-SS (SE)**), Josefa de Lisboa Santos (**ADUFS-SS (SE)**), Shirey Silveira Andrade (**ADUFS-SS (SE)**), Livia Jéssica Messias de Almeida (**ADUFS-SS (SE)**), Shirey Silveira Andrade (**ADUFS-SS (SE)**), Paulo Roberto Félix do Santos (**ADUFS-SS (SE)**), Vera Núbia Santos (**ADUFS-SS (SE)**), Bartira Telles Pereira Santos (**ADUFS-SS (SE)**), Silvana Aparecida Bretas (**ADUFS-SS (SE)**), Romero Alves de Melo (**ADUFS-SS (SE)**), Zozinha M Rocha de Almeida (**ADUNEB-BA**), Helena Martins (**ADUFC**), Geraldo Backer (**ADUFS**), Elisângela de O (**ADUFPB**), Saulo E.V. Marciel (**ADUFPB**), Jacyara.S (**UFES**) Edson (**ADUFPB**) Jorgetânia (**ADUFU**), Patrícia (**ADUFU**) Iguatemi Santos Rangel (**ADUFES**), Chiara Ermínia da Rocha (**ADUFS**), Márcia Alexandra Rocha (**ADUFS**), Claudia Menezes Santos (**ADUFS**)

## **I Seminário nacional sobre abolicionismos penais, poder punitivo e sistema de justiça criminal**

**09h – Apresentação Cultural Descidão dos quilombolas**

**09h40 – Mesa de Abertura**

***Homenagem Marinalva***

**10h - Mesa 01 – O abolicionismo penal e as suas contribuições para as lutas da classe trabalhadora**

Coordenação: Annie Schmaltz Hsiou

Relatoria: Leticia Carolina Nascimento

Convidada(o)s: Carla Benitez e Alexis Pedrão

### **Carla Benitez Martins**

É docente da UNILAB, possui graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2018). Integra o GT de Criminologia Crítica e Movimentos Sociais e Coordena o GT de

Gênero e Sexualidade do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Tem experiência na área de Direito e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: controle social, movimentos sociais, criminologia crítica, estudos de gênero, direitos da criança e do adolescente, direito processual penal e direitos humanos.

### **Alexis Magnum Azevedo de Jesus:**

Professor da Faculdade de Direito 8 de julho. Doutor em Educação (UFS); Mestre em Educação (UFS); Pós-graduado em Direito Constitucional pela Escola Judicial de Sergipe (EJUSE); Bacharel em Direito (UFS); Participa de atividades de ensino, pesquisa e extensão como membro do NEABI/UFS - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFS. Estuda sobre as temáticas que envolvem direito, filosofia e educação das relações étnico-raciais, com foco nas disciplinas de Filosofia do Direito, História do Direito, Direito e Relações Raciais, e Legislação Educacional. Atua também com formação política em comunidades, movimentos e organizações sociais. Foi professor substituto do DCCI/UFS entre 2017-2019 e DDI/UFS entre 2021-2023.

### **Debate da mesa:**

A partir das provocações: por que nosso sindicato nacional precisa ser anti-punitivista? E a importância debater sobre abolicionismos penais, sob a perspectiva marxista apresentou-se o debate sobre os abolicionismos, pois no âmbito acadêmico é mais forte nos liberais radicais e ainda o conceito está em avanço nos pesquisadores anticapitalistas – porque o sistema penal é imprescindível para o capitalismo. De modo geral (senso comum) há uma descrença na pena e na prisão, desconstrução e legitimação da pena; a pena “previne” crimes. Questão política do sistema penal.

Utópico o abolicionismo penal: utopia o que o sistema penal pode ter da sua função real (em perspectiva histórica). Particularidade da forma de punir dentro do capitalismo. Classe trabalhadora produzida pela reprodução social do trabalho (forma de produzir vs forma de punir). Controle dos corpos negros (corporalidade negra): sistema penal *não é somente reprodutor do racismo e sim produtor de racismo*. Contexto sobre o encarceramento nos EUA atrelado a escravidão e mais duas ondas de segregação através da política anti-drogas. Escola Nina Rodrigues: sistema de justiça criminal, das polícias (suspeitos são corpos negros) – o mito da democracia racial brasileiro (positivista). Criminalização individuais cria uma criminalização difusa. Processo de criminalização das figuras públicas dos movimentos sociais – desmobilização da luta através do medo. Massacres dirigidos no Pará. Política do medo. Por fim, como conectar os lutadores(as) que são antipunitivistas no sindicato nacional (desafios). Feminismo: denúncia de um feminismo carcerário (Angela Davis) – luta contra a reprodução social. Outra autora tem questões voltadas para mulheres brancas e homens negros e coloca opressões em debate. O que fazer? A luta antipunitivista: a) o que fazer apesar das prisões? b) políticas antiproibicionistas; c) controle social das instituições totais (movimentos familiares de encarcerados).

O debate relacionado ao abolicionismo penal passa pelo reconhecimento e pelo combate ao genocídio da população negra e do processo de seu encarceramento. A partir da realidade e falência do cárcere, no marxismo (abolicionismo penal vs capitalismo). Angela Davis foi que o convenceu sobre o assunto e os professores da UFS, pelo fim da

violência policial, fim do cárcere, etc., não é algo apenas acadêmico. Cita Ana Faluzina (2006): “corpo negro caído no chão” e Juliana Borges sobre encarceramento em massa. Não podemos nos focar apenas na academia, temos que buscar na cultura hip-hop e do rap, onde o movimento traz a luta contra o cárcere – “Diário de um detento” – Racionais MCs. Segundo Ângela Davis o encarceramento é um sistema complexo industrial e no cárcere as pessoas não têm direito e são exploradas. Prisões são fábricas de exploração de mão de obra barata.

O sistema prisional passa por uma tendência de privatização. São os homens mais encarcerado. Brasil é 3º país de cárcere de mulheres, crescimento do encarceramento feminino – mulheres são impactadas pela desigualdade de “direitos”, como p.ex. visita íntima. Brasil nos últimos 30 anos: crise estrutural do capitalismo. Mesários: um episódio mais profundo na década de 70 que foi o “boom” de encarceramento. Silvio Almeida: também conecta com momentos de crise estrutural do capitalismo que aprofunda as desigualdades – povo negro com maiores índices de encarceramento e os que mais sofrem com a letalidade policial.

Crimes violentos não são a maior razão das prisões no Brasil; e sim, roubos e drogas chegam a 70% das prisões. Se no passado a capoeira era criminalizada, hoje a guerra as drogas que reforçam o estereótipo de criminalização da comunidade negra. O que fazer? O elemento atual da conjuntura é a força da extrema-direita, mais a década de 70 e a crise do capital, que reproduz a lógica do medo. Forte política de armamento, que potencializa a política do medo dentro do sistema público de segurança. Fim à guerra às drogas, que é também uma lógica de saúde pública. Fortalecer trabalho, saúde e educação pública. Por fim, fala sobre justiça restaurativa: mediação de conflitos já nas escolas, que tem questão jurídica que continua na lógica do Estado – contraditório. Sistema prisional tem tendência à privatização, onde mais pessoas presas, reforça o sistema industrial na prisão para gerar lucro.

## **12h30 - 14h – Almoço**

### **14h - Mesa 02 – Abolicionismo penal e o desdobramento de uma política antipunitivista: um debate interseccional**

Coord: Annie / Relatoria; Gisvaldo

Convidadas: Elaine Paixão e Paula Alves

#### **Elaine Bispo Paixão:**

Graduanda em Direito, Articuladora da Agenda Nacional pelo Desencarceramento, Articuladora da Frente Estadual pelo desencarceramento Bahia, Cofundadora do Coletivo de familiares de pessoas privada da Liberdade da Bahia e membro do Conselho da Comunidade da cidade do Salvador

#### **Paula Alves:**

Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília - UnB (2020). Mestra em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp (2014-2016) e graduada pela Faculdade de Direito de Franca (2009-2013). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT/CUA. Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. Coordenadora do Programa Prisões e Pandemia no estado de Mato Grosso. Tem interesse nas áreas: criminologias, sistema de justiça criminal, dinâmicas e ilegalismos na fronteira em MT, pesquisa empírica em direito.

### **Debate a mesa:**

Destacou-se pelas vivências, experiências do movimento nacional desencarcera e de suas militantes. Frisando as condições precárias dos cárceres em que as pessoas privadas de liberdade vivem, forçadas a jejuar por de mais de 15 horas, dividir celas com dezenas de outros presos e sem acesso a objetos básicos de higiene, entre outros problemas. “É uma política de genocídio em curso. Se não mata fora dos presídios, mata-se dentro”.

No debate afirmou-se que o Brasil está em terceiro lugar, em números absolutos, no ranking mundial de países que mais encarceram, atrás apenas dos Estados Unidos e China. Porém, quando se analisa, proporcionalmente, as populações, o Brasil ultrapassa os demais países.

No debate, os dados sobre encarceramento indicaram o crescimento do encarceramento feminino nos últimos 20 anos [cerca de 40 mil mulheres em 2021]. Dados que revelaram que essas mulheres, tem os seus corpos encarcerados, são privadas de ter e ver os seus filhos, que são tirados de forma cruel, e perdem os seus companheiros, porque o casamento dessas mulheres termina no dia em que elas entram no cárcere.

Durante a mesa e no debate foi compartilhado a escalada da violência policial. “Na Bahia, a polícia está seguindo uma política de genocídio”. Em 2022, as polícias da Bahia mataram 1.464 pessoas em intervenções, representando 22,7% do total das 6.430 mortes das polícias no ano passado em todo o país, conforme o Anuário. Em 2015, o número de mortes por intervenções policiais na Bahia foi de 354, em sete anos o aumento foi de 313%.

Estes dados evidenciaram a necessidade da luta anticárcere e antipunitiva, e como essa pauta é parte da luta antirracista. O modelo abolicionista, no seu sentido tático, é um passo importante para a abolição da prisão e a superação do modelo punitivista no país, considerando:

a) “Primeiro, o fim imediato da força tarefa de intervenção penitenciária criada pela Portaria 93, de 23 de janeiro de 2017, que trata de intervenção militar dentro dos presídios”;

b) “Segundo, a não privatização de presídios. A Bahia tem passado por esse processo. Minas Gerais já têm um legado”;

c) “Terceiro, a necessidade do mapeamento e denúncia da 'Bancada da Jaula'. Quem são os lobistas que estão lucrando diretamente com essas privatizações?”;

d) E ainda, “a revogação das leis de Drogas, Antiterrorismo, das organizações criminosas, o fim da polícia militar, o fortalecimento de uma política de memória, não só de presos políticos, mas de torturados e de transparência e de memória também dos nossos massacres nas prisões”.

Finalizamos o evento com as seguintes indicações para o debate no próximo período:

O ANDES-SN em conjunto com suas seções sindicais e secretarias regionais, fomenta debates sobre o abolicionismo penal e práticas antipunitivistas, e, onde seja possível, participe e construa ações e atividades com os movimentos e frentes que lutam pelo fim do encarceramento em massa;

Que o GTPCEGDS e o GTPFS façam reunião conjunta pautando o tema do abolicionismo penal e a luta pelo desencarceramento, como espaço de fortalecimento da luta antirracista e de combate ao projeto de segurança pública pautado no genocídio da juventude negra e no punitivismo penal;

Que o GTPCEGDS, GTPE e o GTPFS façam reunião conjunta pautando a luta das mulheres Ciganas, indígenas e negras nas Universidades, IF e CEFET; garantindo o protagonismo das mulheres ciganas, indígenas e negras;

Considerar as contribuições do feminismo abolicionista, do feminismo decolonial – contribuições para combater a violência e pensar alternativas para superar as opressões e a lógica punitivista.